



Por uma Pedagogia Inclusiva

Edjonas Silvana Lopes¹; Gislene Farias de Oliveira²

Resumo: O presente trabalho discute a questão da inclusão de crianças com necessidades especiais na busca de promoção de uma pedagogia inclusiva. Este trabalho teve como objetivo analisar o que dizem as leis e os teóricos sobre o tema, compreendendo o papel do professor pedagogo no seu cotidiano escolar como articulador do processo de aprendizagem. Entende-se que inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade e que para que ela aconteça faz-se necessário derrubar barreiras e obstáculos em relação a formação e informação e dentre eles o preconceito social que ainda perdura na sociedade. Para a concretização desse trabalho foram necessários diversas leituras em artigos e livros sobre o tema, como também a leitura de documentos que asseguram a inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas. Espera-se que a construção do mesmo venha a ser um subsídio para professores que atuam em sala de aula.

Palavras-Chave: Inclusão-escolar. Escola. Professor.

For an Inclusive Pedagogy

Abstract: This paper discusses the inclusion of children with special needs in the search for the promotion of an inclusive pedagogy. This work aimed to analyze what the laws and theorists say about the subject, understanding the role of teacher education in their daily school as an articulator of the learning process. It is understood that inclusion is a global movement for the struggle of people with disabilities and their families in the pursuit of their rights and place in society and that in order to achieve this it is necessary to overcome barriers and obstacles in relation to training and information and among them The social prejudice that still exists in society. To accomplish this work, several readings were necessary in articles and books on the subject, as well as the reading of documents that ensure the inclusion of children with special needs in schools. It is hoped that the construction of the same will be a subsidy for teachers who work in the classroom.

Keywords: School inclusion. School. Teacher.

¹Especialista em Biologia Geral, Mestrando em Ciências da Educação, graduado em Ciências Biológicas, pela Faculdade de Formação de Professores de Araripina-PE. E-mail: edjonassilvana@gmail.com

²Doutora em Psicologia Social e Pós-doutorado em Ciências da Saúde. Professora Associada da Universidade Federal do Cariri – UFCA. E-mail: gislenefarias@gmail.com.



Introdução

O presente trabalho tem como temática principal a inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas. Por uma pedagogia inclusiva, objetiva fazer uma discussão levando em conta a visão de alguns autores a inclusão e como ela acontece.

Entende-se que educação especial se dedica especialmente a atender crianças com qualquer tipo de necessidade seja visual, auditiva, mental, físico ou qualquer outro tipo de necessidades, ou seja, uma educação que atenda a todos sem nenhuma distinção, ou seja, sem nenhuma seleção. Quando ouvimos falar a seguinte frase “que crianças com necessidades especiais, normalmente são vistas como pessoas impotentes, que na verdade não precisam de educação”. Segundo alguns estudiosos, essas crianças com necessidades especiais são aquelas que, por apresentarem alguma espécie de limitação requerem certas modificações ou adaptações no programa educacional, para que possam atingir todo seu potencial, mas que elas têm sim o mesmo direito a aprendizagem no espaço escolar.

Então se sabe que a educação inclusiva já vem sendo discutida há muito tempo, mas como se afirma em diversos estudos que mostram que o conceito de educação inclusiva ganhou maior notoriedade a partir de 1994, com a declaração de Salamanca. No que diz respeito às escolas, a ideia é de as crianças com necessidades educacionais especiais sejam incluídas em escolas de ensino regular e para isto todo o sistema regular de ensino precisa ser revisto, de modo a atender as demandas individuais de todos os estudantes. O objetivo da inclusão demonstra uma evolução da cultura ocidental, defendendo que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma diferença ou necessidade especial.

Acredita-se que a inclusão deve acontecer para que aconteça a socialização como também a preparação dessa criança para o mundo. Espera-se que essa pesquisa venha de certa forma mostrar à população uma discussão e opinião de alguns autores sobre a inclusão de crianças com necessidades especiais na escola, para que a população que necessita desse atendimento possa entender como deve ser e assim reivindicar os seus direitos.

Com a construção dessa pesquisa espera-se que os profissionais da educação venham a conhecer mais sobre a educação inclusiva de forma que percebam a discussão sobre a visão de alguns autores sobre a política de inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas.



Para que esses profissionais a partir desse estudo possam se reconhecer como parte dessa inclusão e que ela venha a ser subsídio para se discutir sobre a inclusão no espaço escolar.

A pesquisa foi elaborada a partir de uma revisão bibliográfica, com a leitura de livros e artigos que tratam do tema, como também a leitura de documentos diversos sobre a inclusão. Acredita-se que a mesma pode significar avanços no campo da pesquisa por permitir a reflexão sobre a inclusão a partir das leis e sala de aula, contemplando possibilidades de discutir de forma acadêmica e científica o assunto que é tão relevante para uma pedagogia inclusiva.

Para falar sobre inclusão primeiramente se faz necessário entender o que é inclusão e como de fato ela acontece e precisa acontecer na escola. Para isso iniciaremos a nossa pesquisa tratando sobre realmente o que é inclusão.

Inclusão entre a Sala de Aula e o Ideal das Práticas

Sempre se escuta falar sobre as dificuldades que as crianças com necessidades especiais enfrentam para ingressar na escola. Entretanto sabemos que quando elas conseguem esse direito de ocupar esse espaço que é seu por direito elas ainda encontram dificuldades para se adaptar e tal realidade. Nesse sentido, soa estranho ouvir falar que elas precisam adaptar-se á escola. Afinal, deve estar por obrigação dentro das normas de inclusão, oferecendo assim uma escola acessível para todo tipo de necessidade, mas infelizmente na prática a realidade foge e muito do que está dito em alguma leis.

Ao observar o espaço escolar pode-se perceber que existem pouquíssimos profissionais capacitados na área para atuar como profissionais adequados no atendimento dessas crianças. É por isso que de acordo com as leituras feitas percebemos ainda quase não existem salas que oferecem esse tipo de educação. Sabemos também que grande parte das escolas ainda não é adaptada para receber essas crianças, sem falar nas várias dificuldades que existem como vergonha, medo, entre outros, que impedem as crianças de ingressar na escola.

Com as leituras realizadas sobre o tema percebemos que de acordo com a visão de alguns autores, por muito tempo se falava que as pessoas portadoras de algum tipo de deficiência eram totalmente privadas do convívio com a sociedade, pois eram vistas como “monstros” ou “mongoloides”, denominações que eram dadas por pessoas que ainda não tinham



nenhum tipo de conhecimento ou informações para conceituar situações e pessoas em relação á inclusão.

Apesar de a sociedade ter evoluído muito, o preconceito ainda existe, entretanto pode-se perceber que com essa evolução também se conseguiu muitas vitórias que foram possíveis a partir de discussões, palestras, decisões tomadas, capacitação para os profissionais que atendem essas crianças e adaptação de escolas para receberem essas crianças. Como estas conquistas acima citadas hoje se têm documentos que garantem essa inclusão com qualidade e eficiência.

Pode-se dizer que ocorreram algumas mudanças, mas essas foram pequenas diante de demandas inclusiva, pois ainda existem crianças que são privadas de convívio com outras pessoas e recebem um tratamento muito diferente. A partir das diversas leituras percebeu-se também, que o desenvolvimento educacional dessas crianças é de um nível bem diferente dos outros que são considerados “normais”. Apesar das mudanças que já ocorreram nas políticas que são voltadas a atender essas crianças com necessidades especiais, pode-se ver que na realidade para que elas possam ser incluídas tanto a escola como na sociedade, ainda enfrentam muita dificuldade para ingressar no meio educacional e social e especialmente serem atendidos com respeito e qualidade.

Sempre que se fala sobre inclusão são notórias ideias sobre a transformação dessa realidade, mas infelizmente essas ideias na maioria das vezes acabam se desfazendo e não postas em práticas que é o mais importante. Martins em uma entrevista afirma que:

Assim como no ensino regular, para que os alunos com deficiência possam ser incluídos e necessário que o professor saiba flexibilizar o currículo de acordo como potencial de aprendizagem de cada um deles. O objetivo principal é envolve-los efetivamente na aprendizagem de cada um deles (2010, p.94).

De acordo com o que fala o autor, o professor e o mediador desse processo, porém cabe a ele saber buscar e usar métodos que atenda o seu aluno por completo. Como nos diz Martins: “[...] garantindo os recursos necessários para atender suas necessidades [...]” (2010, p. 94), da mesma quando se garante um atendimento de qualidade precisa-se estar ciente de que é necessário trabalhar de uma forma diferenciada, com um currículo adaptado e que atenda a todos sem excluir ninguém, sendo assim atendidas as necessidades de todos os alunos. Com certeza, assim, aos poucos a inclusão vai acontecendo e a realidade que se almeja vai mudando com ajuda de todos.



Ao nos deparamos com a Constituição Federal (1998) se percebe que ela vem estabelecendo em seu artigo 208, no Inciso III, a garantia de “atendimento educacional especializado, aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Dessa forma para garantir esse atendimento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/ 9 994/96 – vem dizendo que esse atendimento é cabível á modalidade de Educação Especial e que seja realizado na rede de ensino regular.

Com as pesquisas e estudos realizados pode se perceber que a política nacional de educação especial na perspectiva de educação inclusiva vem sempre orientando para que o atendimento educacional especializado, ao longo de todo processo de escolarização, esteja a todo tempo condizente com a proposta pedagógica especializado com a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade eliminando as demandas para que aconteça com eficiência a participação dos alunos, sempre considerando seus necessidades específicas. Desse modo cabe somente a escola colocar em prática a educação inclusiva com qualidade e sem distinção.

O que se vê nessa sociedade são políticas públicas que somente atendem as necessidades de uma minoria, por atender essa maioria eles tentam mascarar a realidade e mostrar-se realmente como condutores e praticantes da inclusão. Sabe-se que quando houver políticas públicas educacionais que respeitem os ser humano em suas diferenças, que possibilitem a ele estar na escola e que essa escola promova uma interação através de uma socialização que também permite que a aprendizagem dessas crianças aconteça, o professor e as políticas públicas cumprindo o seu papel.

Faz-se necessário entender que hoje não basta o aumento das matrículas em escolas comuns e em classes especiais para que apresente apenas um número positivo afirmando que as escolas estão atendendo a criança com necessidades educacionais especiais. Afinal somente números e dados quantitativos como matrículas que aumentaram, não pode substituir o atendimento especializado a esses alunos. Entretanto o que se percebe é que para governantes os números é para favorecer discursos de campanha, estatísticas que muitas vezes não condizem com a realidade educacional. Governos, políticas e os que atuam na educação precisam defender a igualdade de direitos e a qualidade desse atendimento como fator fundamental para uma inclusão de verdade e não mostrar uma realidade mascarada.



Inclusão no Cotidiano Escolar: Desafios e Conquistas

Atualmente as escolas vêm recebendo do MEC (Ministério da Educação), materiais pedagógicos belíssimos e, não podemos dizer que o MEC não investe no profissional, afinal hoje se tem uma formação para os professores do 1º ao 3º ano do ensino fundamental através do PNAIC – Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa. Ele foi criado em 2012, PNAIC tem como principal desafio garantir que todas as crianças brasileiras até oito anos sejam alfabetizadas plenamente. Para isso, ele contempla a participação da União, estados, municípios e instituições de todo o país. Nessa formação o PNAIC busca atender os professores com um caderno de formação sobre a educação especial.

Sabemos que o tema inclusão da pessoas com deficiência no âmbito escolar vem se tornando comum em debates que ocorrem no meio acadêmico e eles vem sempre trazendo uma demanda considerável organizada com várias propostas de trabalho, preocupação com as especialidades inerentes á pessoa humana e as diversas barreiras existentes no contexto escolar. É por isso que quando se pensa em inclusão precisa-se refletir também acerca do que é incluir de fato, já que se trata de um tema polêmico do ponto de vista da prática educacional.

De acordo com Sasaki (2006), a integração propõe a inserção parcial do sujeito, enquanto que a inclusão propõe a inserção total. Entretanto para isso, a escola, como instituição que legitima a prática pedagógica e a formação de seus educandos, precisa romper com a perspectiva homogeneizadora aquela em todos são iguais e adotar estratégias para assegurar os direitos de aprendizagem de permanente por meio da qual, o educador deve identificar diferentes formas de pensar a sua profissão. Então, para que a aprendizagem não se tome algo penoso é necessário buscar meios para que o ato de aprender se tome cada vez mais envolvente e melhor, como o apoio, a troca de experiências, a comunicação e a harmonia, dentre outros de acordo como o material de formação para professores ainda nesse mesmo documento afirma que:

Os bons professores reconhecem a importância da criação de uma rede de apoio. Em particular, são capazes de conseguir apoio de alunos, colegas, pais e outros membros da comunidade e, quando possível, o apoio de organizações externas. As escolas que obtêm sucesso empenham-se em processos de colaboração como meio de criar condições positivas de aprendizagens para alunos e professores (BRASIL, 1998,p.39).



Assim, em uma escola inclusiva, partindo do que diz a citação acima, para se alcançar o sucesso precisa-se conseguir a colaboração, a motivação e o empenho de todos para a eficácia do processo de ensino e aprendizagem desde que cada um tenha a sua importância, independentemente de suas limitações. Precisa-se entender que a colaboração perante a aprendizagem visa fortalecer a relação entre professor e aluno, de tal maneira que proporcione o sucesso do trabalho educativo e assim estabelecendo um vínculo afetivo entre ambos. Porém, uma vez estabelecido este elo afetivo dar-se-á, com certeza, mais um passo em direção à aprendizagem, enriquecendo a autoestima do aluno, sua autonomia e seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

Com tudo isso se espera que o professor venha entender que o conteúdo ensinado, precisa ser total significação para a vida de seu aluno, usando sempre de crítica para discernir quando este terá dificuldade para internalizar o que lhe foi ensinado. A autocrítica é um instrumento que o professor pode utilizar para melhorar sua forma de ensinar, caso esta não esteja contemplando as necessidades de seus alunos, pois a principal preocupação do professor não pode basear-se em dar apoio à criança especial, mas de tornar o currículo adequado a todos os alunos, lembrando sempre que a aprendizagem realizada será diferente para cada indivíduo.

Educação Inclusiva: O papel do Professor diante dos desafios

Então, para dar mais veracidade na construção desse trabalho buscou-se através de diversas leituras mostrar o que de fato é educação inclusiva e como os professores que atuam nas escolas estão se deparando com a inclusão das crianças e como estão se vendo em sua prática pedagógica em meio as formações cursos de especializações e a sua realidade. Afinal, sabe-se que existe a necessidade de incluir, mas, apesar dos discursos a favor da inclusão, sem contar que para uma parte do aplicá-lo em seu cotidiano. Por outro lado existem também aqueles profissionais que preferem não conhecer para não sair da sua zona de conforto.

Então pelos estudos realizados pode-se perceber que se faz necessário que todos os professores entendam que, através da inclusão, eles podem melhorar sua prática educativa com o trabalho em equipe, a troca de experiências e saberes, podendo contar ainda, com um apoio psicológico, vinda dos colegas e de outros profissionais.



Sabe-se que crianças que apresentam dificuldades podem se encaixar na condição de “necessidades educacionais especiais”, o que, com certeza, exigirá respostas educativas adequadas, além de medidas preventivas para evitar que, na escola, os “casos” se originem ou se intensifiquem. Esse deve ser a função de todos os que fazem a escola.

Considerações Finais:

Com a construção do trabalho foi possível ver que existe um novo paradigma no que diz respeito as pessoas com necessidades especiais: a inclusão com as leituras percebeu-se que esse processo não trata apenas de permitir o acesso dessa pessoas na sociedade, mas sim, aceitar, possibilitar e dar condições para que esses sujeitos possam efetivamente estudar e se preparar para a realidade do mundo do trabalho. Entende-se que a educação e o trabalho são os principais formas de participação social dos homens. A pessoa com necessidades especiais é uma pessoa como os demais, com preferências, habilidades, aptidões, dificuldades, interesses e capacidade produtiva. Necessita apenas de oportunidade para desenvolver suas potencialidades, seja no grupo familiar ou nas escolas e nos ambientes sociais e produtivos mais amplos.

No decorrer da construção do trabalho, outro ponto importante nos estudos sobre o tema em questão é sobre a formação dos professores para a inclusão. Entende que nessa transformação de paradigma na educação inclusiva, os professores precisam estar preparados para uma nova prática, de modo possam atender também às necessidades do ensino inclusivo. O que se percebeu é que ainda existe uma deficiência enorme na formação inicial dos professores em relação a educação inclusiva.

Apesar de todo o aparato do governo ainda falta, uma boa porcentagem de professores receberem essas formações. E, o que se percebe é que ainda existem escolas que são “obrigadas” a incluir crianças com necessidades diversas, mas, sem nenhum direcionamento e acompanhamento de um profissional preparado para isso ou um especialista. Temos professores com uma formação fragmentada que não oferece suporte para promover a inclusão. Isso não deixa de ser uma exclusão de forma disfarçada, pois essas crianças aparentemente são tratados de forma igual as demais sendo que elas precisam de muito mais, nesse caso o “tratar igual” pode significa excluir.



Nesse sentido, considera-se o trabalho investigativo foi muito importante para nossa formação, a academia, para a sociedade e para as demais que desejam aprofundar o exercício da reflexão sobre o paradigma da inclusão escolar que deve principiar pela inclusão social.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. (CF/88), de 05 out.1988. Brasília, DF.

_____. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.

_____. Plano Nacional de Educação 2014/2024. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil-q3/-ato2011-2014> Acessado em 20/10/2016.

_____. Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. 2.ed. Brasília: MEC, Secretária de Educação Especial, 2006.

_____. Secretária de Educação Especial. Conjunto de materiais para a Capacitação de professores-necessidades na sala de aula. Brasília-MEC/SEESP,1998.

_____. Senado Federal. Declaração Mundial de Salamanca e Linhas de ação sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade. Brasília: CORDE, 1994.

_____. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional /LDB/93 94/90. Brasília,1996.

GOFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. Educação: Direito de todos os Brasileiros. In: Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais. Secretária de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados.2004.

MARITNS, I. A. R. Inclusão de crianças com necessidades Especiais. In: Revista Brasileira de Educação Especial, ano XXV. Nº 235, setembro, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumbi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 7. Ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul,1999.



UNESCO. Ensinar e aprender: Alcançar a qualidade para todos. Relatório de Monitoramento Global, 2014.

Como citar este artigo (Formato ABNT):

LOPES, E.S.; OLIVEIRA, G.F. Por uma Pedagogia Inclusiva. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Janeiro de 2017, vol.10, n.33, Supl 2. p. 294-303. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 22/12/2016

Aceito: 19/01/2017